

Colonização e qualidade democrática na África segundo o *Democracy Index*

Juliana Costa Meinerz Zalamena
Zalamenajuliana5@gmail.com

Mestre em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Resumo: As potências europeias administraram suas colônias africanas a partir de dois modelos, o *IndirectRule* – onde líderes locais eram recrutados a ajudar a metrópole no governo – e *DirectRule* – onde a administração era feita por indivíduos vindos da metrópole, excluindo totalmente líderes locais. Supondo que o modelo de administração colonial tem influência na consolidação da democracia atualmente, sugere-se que os países colonizados pela Inglaterra, cujo modelo foi o *IndirectRule* – possuem melhor desempenho na qualidade democrática do que os países colonizados por potências que aplicaram o modelo de *DirectRule*. A base de dados para analisar essa conjectura é o *Democracy Index*, elaborado e divulgado pelo *The Economist*, referente ao ano de 2016. Embora ter sido administrado pelo modelo de *IndirectRule* não seja garantia de um desempenho democrático favorável, os dados sugerem que os países administrados pelo modelo de *DirectRule* apresentam dados mais pessimistas e desfavoráveis, o que pode ser atribuído à sua dificuldade de se autogovernar herdada da colonização. O fator “colonização” e “modelo de colonização” não são suficientes para explicar isoladamente os rumos da democracia na África, porém, os dados sugerem sua clara influência.

Palavras-Chave: Colonização, África, Democracia

Introdução

O conceito de colonização – pessoas indo de uma região para outra com objetivo de habitar e/ou explorar (SOUZA, 2008) – envolve muito mais do que o simples domínio econômico de uma potência colonizadora sobre o território colonizado. Ela deixa heranças sociais, culturais e políticas que encontram eco no desenvolvimento dos países ainda nos dias atuais. Embora o sentido da colonização, segundo Prado Jr (1957) seja predominantemente o lucro, é impossível dissociar a variável política desse processo. A África teve suas primeiras inserções dos europeus ainda no século XVI, com as incursões em busca de nativos para serem levados para outras colônias na América como escravos. Mas sua efetiva colonização se deu após a Conferência de Berlim (MACKENZIE, 1994; BRUNSCHWIG, 1993), quando o continente africano foi fatiado pelas potências europeias que ambicionavam a posse de um território para ampliar seus domínios, os chamados “impérios coloniais”. Assim, a África Subsaariana foi repartida entre várias potências, predominantemente Inglaterra e França, que ficaram com a maior fatia do bolo.

Esse processo deixou heranças não apenas na formação geopolítica e no desenvolvimento econômico das ex-colônias, mas também consequências na formação dos Estados livres e na consolidação de suas democracias. Ao concluir este trabalho, pretendemos ter indicativos do quanto o modelo de colonização/ administração colonial adotado gerou efeitos negativos ou positivos quanto à implementação e solidificação da democracia contemporânea.

Do primeiro momento histórico de partilha da África – a Conferência de Berlim – temos o nosso primeiro conjunto de dados. Isto posto, temos 17 países colonizados pela Inglaterra, 20 países colonizados pela França, 4 países colonizados por Portugal (os dados excluem São Tomé e Príncipe), 3 países colonizados pela Bélgica, 2 países colonizados pela Itália, 1 país colonizado pela França, e outros 3 países que são exceções dentro do processo: Namíbia, protetorado da África do Sul pós-independência; Libéria, colônia americana de escravos libertos e Etiópia, que nunca foi colonizada. Separamos os países que possuíam uma governação local autônoma dos países em que a governação foi totalmente dependente da Metrópole, conceituados pela literatura da área como *IndirectRule* e *DirectRule* (GERRING *et al*, 2011; IYER, 2010). Considerando que a Inglaterra foi a única potência a aplicar um “modelo puro” de *IndirectRule*, e que as três nações consideradas exceções tiveram sua chance de *Self-Government*, juntamos todas elas na categoria de *IndirectRule*, gerando 20 países nessas condições. Todas as demais potências aplicaram o modelo de *DirectRule*, em menor ou maior grau de incidência, e portando, somadas, geraram 30 países.

Tendo em mãos essa classificação baseada na bibliografia consultada, comparamos com os dados disponibilizados pelo *Democracy Index* relativo ao ano de 2016. O *Democracy Index* já gerou uma série de robustos trabalhos em livros e revistas científicas, esmiuçando o ranking sob diferentes enfoques. Tanto a imprensa internacional como artigos científicos revisados por pares usam o *Democracy Index* para análises de diversas temáticas. Nenhum deles – pelo menos no que foi possível apurar dentre os trabalhos disponíveis em bibliotecas acessíveis ou na Internet – relaciona o índice com o fator “colonização”. Em outro trabalho recentemente enviado para publicação na revista *Africanias*, trabalhamos a correlação do fator “colonização” com um ranking elaborado a partir dos dados do Afrobarômetro. Pretendemos assim, fazer o mesmo com os dados do

Democracy Index, que é mais abrangente e aparentemente, possui confiabilidade no meio acadêmico e científico.

O *Democracy Index* – compilado pela revista *The Economist* – pretende examinar o estado da democracia em 167 países, dos quais 166 são estados soberanos e 165 são membros da Organização das Nações Unidas – ONU. O *Economist Intelligence Unit Democracy Index*, baseado em 60 indicadores diferentes, se concentra em cinco categorias: 1) processo eleitoral e pluralismo; 2) Liberdades Civis; 3) funcionamento do governo; 4) participação política e 5) cultura política, elaborado a partir de uma avaliação com notas de 0 a 10. A pontuação geral do *Democracy Index* é menos reveladora do que as pontuações dos seus cinco critérios. Por isso optamos por analisar todos eles. Tais critérios são encontrados facilmente na concepção de vários teóricos clássicos e modernos da democracia.

A classificação geral dos países está dividida em quatro categorias: 1) democracias plenas; 2) democracias imperfeitas; 3) regimes híbridos e 4) regimes autoritários. Desses quatro, somente os regimes autoritários não são considerados democracias, e sim, ditatoriais. O levantamento exclui alguns Estados, portanto, não abrange toda a população mundial. Em relação à África, foram excluídas do ranking a Somália, São Tomé e Príncipe e o Saara Ocidental. A conceituação de cada um deles é, em geral, a seguinte: a) **Democracias completas**: nações onde liberdades políticas são respeitadas e reforçadas por uma cultura política forte, possuem sistema de accountability em relação aos governos, poder judiciário e mídia independente; b) **Democracias Erradas**: nesse caso, há eleições livres e justas, liberdades são honradas, mas rivalizam com problemas pontuais como violação de liberdade de mídia, falhas em termos de governança ou funcionamento da democracia, e uma cultura política frágil, com participação popular baixa; c) **Regimes Híbridos**: Apesar de existir uma regularidade razoável nas eleições, nem sempre são justas e livres, com fatores antidemocráticos como pressão sobre opositores, coerção, judiciário não independente, corrupção, censura em relação a mídia, cultura política anêmica e quase nenhuma participação política; d) no caso dos **Regimes Autoritários**, que não são considerados pelo ranking como democracias, o pluralismo político não existe ou é muito limitado, e por vezes, possuem características de ditaduras absolutas, acumulando uma série de ações profundamente antagônicas a democracia, como abusos de liberdades civis, eleições manipuladas, corrupção generalizada, mídia estatizada ou controlada, judiciário ligado ao grupo dominante, presença de censura generalizada e repressão a qualquer tipo de crítica que possa ser direcionada ao governo.

A metodologia do índice é relativamente simples. Conforme descrito no relatório anual, trata-se de uma média ponderada com base nas respostas das 60 perguntas, sendo que cada uma delas tem uma, duas ou mais alternativas permitidas. A maioria das respostas são avaliações de especialistas, e uma das críticas bastante corriqueiras ao *Democracy Index* é que não está específico quais são e quem são tais especialistas, nem sua quantidade, formação, credibilidade ou ligação empregatícia com a *Economist Intelligence Unit* (ou sua independência), ou suas nacionalidades. Outras respostas são captadas através de pesquisas de opinião pública nos países elencados no Índice. A “análise dos especialistas” preenche lacunas quando os dados das pesquisas de opinião são falhos ou insuficientes.

Para este trabalho, dados os limites de um artigo, elegemos a nona edição do índice, divulgada em 2016, para analisar a qualidade da democracia em cinquenta países africanos de acordo com a sua colonização e modelo de administração colonial. A tal objetivo se dedica as próximas seções do trabalho.

Delimitando conceitos

Para operacionalizar este trabalho, utilizamos os conceitos de colonização, o conceito de modelos de administração colonial, subdivididos em *IndirectRule* e *DirectRule* – e por fim, o conceito de democracia e qualidade democrática. Para um melhor entendimento, explicitamos as nossas opções teóricas neste item do trabalho.

Os cinquenta países africanos elencados pelo *Democracy Index* foram classificados neste trabalho pelo seu modelo de administração colonial, ou seja, *IndirectRule* ou *DirectRule*. Conceitualmente falando, o *IndirectRule* foi a forma de administração colonial adotada pela Inglaterra para controlar seus impérios coloniais, de modo a aproveitar as estruturas de poder locais, enquanto o *DirectRule* estabeleceu uma autoridade estrangeira centralizada dentro dos territórios, gerido por indivíduos vindos da Metrópole especialmente para este fim (DOYLE, 1986). A Inglaterra foi a precursora do modelo de *IndirectRule* enquanto a França engendrou e disseminou o modelo de *DirectRule* (MABEKO-TALI, 2013). Conforme seus modelos de administração, Itália, Portugal, Bélgica e Espanha também estão classificadas dentro do modelo de *DirectRule*.

É claro que tais modelos não foram aplicados de maneira idêntica por todas as potências em todos os países. Por exemplo, Portugal diferiu muito na administração colonial de Cabo Verde em relação aos territórios continentais (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau), sendo que o primeiro quase que se aproxima mais do modelo de *IndirectRule*. Portanto, os modelos não são rígidos e inflexíveis, de modo que muitas das ex-colônias acumulam em seu interior aspectos de ambos, porém, para fins de sistematização dos dados, não é possível nos ater a pequenas variações e oscilações.

Estamos excluindo da nossa classificação também o critério “militar”, pois se levarmos em conta tal quesito, todos os sistemas coloniais adotaram milícias nas quais a maioria dos postos de comando eram ocupados por nativos. Se o critério militar fosse incluído, todas as potências teriam seu grau de inclusão de nativos em posições importantes, chegando perto de um “*IndirectRule*” militar (MABEKO-TALI, 2013).

Nem tampouco quer dizer que nos países administrados em *IndirectRule* houve menos exploração ou violência. Porém, é de se esperar que ex-colônias onde, desde o início, foi possível uma certa autonomia de governo dos líderes locais, exista uma maior experiência e habilidade em tomar decisões e conseqüentemente, fortificar uma democracia. Esclarecido isso, temos ex-colônias inglesas e os países de exceção (Namíbia, Libéria e Etiópia) classificados como *IndirectRule*, e as ex-colônias francesas, portuguesas, belgas, italianas e espanholas classificadas como *DirectRule*. A hipótese giram em torno de uma chance maior de solidificação democrática das ex-Colônias de *IndirectRule* em contraponto a uma dificuldade muito maior das ex-colônias de *DirectRule*.

No caso da Inglaterra, pode-se dizer que o governo da Metrópole pouco se envolvia na administração colonial direta e procuravam não alterar os alicerces dos governos locais, além de manter nas colônias um certo grau de autonomia financeira e política. Segundo Mabeko-Tali (2013), os chefes locais eram aproveitados como gestores

e assim, essa prática tornava possível que a Inglaterra controlasse grandes territórios sem ter grandes custos com a colonização nem ter que deslocar grandes contingentes de ingleses migrantes. Apesar disso, não significa que o *IndirectRule* tenha sido uma forma menos brutal de colonização: apenas foi um modelo de exercer o poder de modo a aproveitar líderes locais, o que não quer dizer que estes não estavam completamente submetidos aos interesses da metrópole. Logicamente, o líder que não correspondesse aos interesses da Inglaterra era substituído por outro mais comprometido com a Metrópole e mais apto para gerir. O objetivo jamais foi integrar africanos como cidadãos equiparados aos ingleses na hierarquia de comando. Conforme Munanga (2005-2006, p. 49) “o *directe* o *IndirectRule* (...), apesar das particularidades, têm um denominador comum e serviram para fins semelhantes”. Assim,

“(...) o *DirectRule* ou a administração direta francesa, que visa à assimilação dos povos colonizados dentro do modelo racista universalista destruidor das identidades não-ocidentais, por outro o *IndirectRule* ou a administração indireta britânica, que visa à aculturação dos povos colonizados, num processo que declaradamente pretendia conservar as identidades tradicionais para não criar choques desnecessários que poderiam prejudicar o processo aculturativo” (MUNANGA, 2005-2006, p. 49-50)

A política de colonização francesa, por sua vez, foi desenvolvimentista e buscava introjetar valores dos franceses aos colonizados (MACEDO, 2013). Para efetivar o processo de colonização, a França enviou grandes quantidades de colonos migrantes para as colônias, fornecendo a estes certa infraestrutura, escolas, ferrovias, bases militares e portos, e obviamente, tais sujeitos foram imbuídos da tarefa de governar. Deste modo, nativos foram completamente excluídos do processo de gestão, os líderes locais foram subjugados e despojados de qualquer poder decisório. Para tornar o povoamento viável e principalmente, civilizar os nativos, a França agrupou suas diferentes áreas em blocos com sede regional e unidade administrativa, baseada na total centralização do comando. Para Mabeko-Tali (2013), a França cooptou os poderes locais no sentido de transformar as colônias em uma cópia fiel da pátria colonizadora.

Portugal não pode criar unidades centralizadas de administração devido a dispersão das suas colônias. Cada colônia ficou diretamente subordinada à Metrópole, pois além da distância entre suas colônias, Portugal apresentava um quadro interno complicado: era uma semipotência periférica e pouco desenvolvida. Assim, o modelo de administração português foi totalmente direto. O caso belga – classificado por Mabeko-Tali (2013) como “*DirectRule*” com veleidades pouco consequentes de *IndirectRule* – que possuía continuidade geográfica, foi mais unificado. Claro que o caso da colonização belga é classificado como o mais brutal e violento, realizando sua inserção nos territórios colonizados com base em mortes, mutilações, terror e medo. Portanto, a utilização de chefes locais pela Metrópole belga até existia, mas na base da tortura e coerção, pois caso o líder local não fosse satisfatório em suas atividades, sua punição era a humilhação pública e a morte.

A Espanha era uma Metrópole que ocupou a África de modo bastante tímido, estando muito mais ocupada com as suas vastas colônias na América, enquanto a Itália era um estado fraco, unificado pouco tempo antes e que mal dava conta de governar a si própria. Não surpreende, portanto, o fato de que as colônias belgas, espanholas e italianas estejam classificadas como regimes autoritários no *Democracy Index*, devido a colonização deficitária. Assim como franceses em muitos dos casos, Itália, Espanha,

Bélgica e na maioria dos casos, Portugal, deixaram um legado de fragilidade e instabilidade para suas colônias pós-independência.

Dados os conceitos de colonização e de modelo de administração colonial adotados, temos o ranking do *Democracy Index* para nos servir como âncora de dados a respeito da qualidade da democracia. Por democracia, obviamente, se tratando da democracia representativa, entendemos – muito além da simplista definição etimológica de “governo do povo” – um governo em que os cidadãos possam escolher seus representantes aos quais deleguem a responsabilidade de tomar decisões por eles. Para Sartori (1994), o sucesso das democracias modernas dependem de pelo menos três fatores: 1) poder limitado da maioria, 2) procedimentos eleitorais e 3) transmissão do poder dos representantes.

As teorias minimalistas de democracia centram o seu sucesso nas eleições (SCHUMPETER, 1985), mas autores como Dahl (1997), ampliam as exigências para uma democracia realmente efetiva - tanto que na concepção desse pesquisador, não existe uma democracia perfeita, e sim, vários estágios que caminham para ela – classificando os regimes em hegemonias fechadas, hegemonias inclusivas, oligarquias competitivas e poliarquias, sendo que estas últimas seriam mais próximas de um modelo ideal de democracia. Dahl também amplia os critérios para considerar um regime democrático, para ele, as democracias devem garantir: 1) Liberdade de formar e aderir a organizações; 2) Liberdade de expressão; 3) Direito de voto; 4) Elegibilidade para cargos públicos; 5) Direito de líderes políticos disputarem apoio e, conseqüentemente, votos; 6) Garantia de acesso a fontes alternativas de informação; 7) Eleições livres e idôneas e 8) Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. Aquelas que conseguem atingir os oito critérios satisfatoriamente, podem atingir a qualificação de poliarquia.

Em suma, uma boa parte dos trabalhos cujo escopo é definir os critérios básicos para uma democracia compreendem-na como um regime que possa atender as necessidades dos cidadãos em termos sociais, econômicos e políticos, bem como seja responsável perante os mesmos (O'DONNELL et. al., 2004; DIAMOND e MORLINO, 2005). Como aqui estamos levando em conta o índice elaborado pelo *Democracy Index*, temos os seguintes critérios para a qualidade da democracia: a) Processos eleitorais e pluralismo; b) funcionamento do governo; c) participação política; d) cultura política; e) liberdades civis. Não são critérios completos, considerando a bibliografia citada que trata da democracia, porém, são suficientes para uma boa ideia quanto ao desempenho democrático dos países africanos elencados.

Infelizmente, o *Democracy Index* fica devendo algumas perspectivas, como por exemplo, o critério econômico, embora construa o seu índice baseado na opinião pública. No próximo item, detalharemos a metodologia utilizada no artigo a fim de atingir as ambições propostas pelo trabalho.

Em suma, nossa principal hipótese é que as ex-colônias de *IndirectRule* – basicamente, as inglesas – resultaram em nações contemporâneas com maior competência democrática, ou seja, maior capacidade de manter e consolidar características, no mínimo propensas à um regime democrático mais saudável. Já as ex-colônias cuja administração foi de *DirectRule*, sem oportunidades de tomar suas próprias decisões durante o tempo da colonização, totalmente condicionadas ao poder

centralizado das metrópoles – nomeadamente, o caso francês, italiano, belga, português e espanhol – deram origem a nações com maior dificuldade de autoafirmação das suas democracias.

Para tentar comprovar essa conjectura, utilizamos os dados do *Democracy Index*, elaborado e divulgado anualmente pelo The Economist, tanto em seu ranking geral como nos seus critérios de elaboração – processo eleitoral e pluralismo; funcionamento do governo; participação política; cultura política e liberdades civis – comparado à classificação das ex-colônias em “*IndirectRule*” ou “*DirectRule*” de acordo com a bibliografia consultada sobre o tema. Trataremos desse tópico no próximo item.

Resultados e discussão

Primeiramente, é preciso dizer que o índice do *Democracy Index* possui críticas e apesar de muito utilizado pelo meio midiático e acadêmico, é considerado incompleto na perspectiva de alguns estudiosos. Portanto, o trabalho não terá caráter definitivo nem tampouco condição de verdade absoluta no que diz respeito aos países africanos, uma vez que muitas outras características precisam ser levadas em conta a respeito dos mesmos. Pretendemos, contudo, dar uma ideia geral sobre o impacto da colonização e do modelo de administração colonial adotado para o desenvolvimento da democracia nos países elencados pelo *The Economist* em seu ranking. Dito isso, nessa primeira tabela, podem ser visualizadas em termos percentuais, a classificação geral do *Democracy Index* conforme a potência colonizadora:

	DEMOCRACY INDEX				
	Democracia completa	Democracia errada	Regimes Híbridos	Regimes Autoritários	Total
Inglaterra	2%	8%	14.0%	10%	17
França	-	4%	10%	26%	20
Portugal	-	2%	2%	4%	4
Bélgica	-	-	-	6%	3
Itália	-	-	-	4%	2
Espanha	-	-	-	2%	1
Exceções	-	2%	2%	2%	3
Total	1	8	14	27	50

A única democracia completa da África Subsaariana, segundo o *Democracy Index*, Maurícia, é uma ex-colônia inglesa e administrada via *IndirectRule*, o que já representa um dado favorável à comprovação da nossa hipótese. Em relação aos países africanos,

Maurícia ocupa o primeiro lugar, sendo o 18º a nível mundial, com uma pontuação total de 8,28. Porém, se ex-colônias inglesas tivessem melhor desempenho democrático como seria o esperado, outras nações estariam elencadas na classificação de “Democracias Completas”. Infelizmente, o fator colonização/ modelo de colonização não é suficiente para explicar o desempenho democrático. É preciso considerar que Maurícia é um arquipélago com população baixa e PIB alto, justamente pelas suas entradas financeiras com o turismo, e por outro lado, o arquipélago era quase desabitado na época da colonização, de modo que a Inglaterra usou-o como ponte intermediária para o continente, dando ao território um status diferenciado das colônias do continente, sendo que o mesmo caso ocorreu com Portugal em relação a Cabo Verde. Tais características especiais de Maurícia, possivelmente representam fatores favoráveis, que aliados a colonização inglesa e ao modelo de *IndirectRule*, a colocaram na posição de país mais livre da África.

As demais ex-colônias inglesas, entretanto, não tiveram desempenho tão bom: são 4 democracias erradas, 7 regimes híbridos e 5 regimes autoritários. O fator que chama atenção é que apenas 5 das colônias inglesas são autoritárias hoje, enquanto são 13 colônias francesas classificadas assim. Da mesma forma, todas as colônias da Espanha, Itália e Bélgica são autoritárias segundo o *Democracy Index*. Ainda que de modo restrito, as ex-colônias inglesas apresentam um desempenho melhor.

Namíbia, Libéria e Etiópia são exceções: enquanto a Namíbia passou a ser um território da África do sul – na época chamada de Rodésia do sul – a Libéria era uma colônia formada por ex-escravos norte-americanos libertos, e por fim, a etiópia, que pode se gabar de ter sido o único território africano jamais colonizado por potências europeias. Dessas exceções, a Namíbia foi classificada como uma democracia errada, enquanto a Libéria como um regime híbrido e a etiópia, como um regime autoritário. Com isso, podemos ver que o fato de não ter sido colonizada por nenhuma potência europeia não ajudou a etiópia a construir uma nação democrática. Do mesmo modo, a Libéria, que tinha uma ideia utópica de construir uma nação de escravos libertos, também não funcionou muito em relação a democracia.

O dado mais gritante deste quadro é que, dos países base listados pelo *Democracy Index* na África Subsaariana, 26% dos regimes autoritários são franceses. Assim sendo, é possível dizer que as colônias inglesas, proporcionalmente falando, obtêm um desempenho democrático ligeiramente favorável. Acreditamos que isso não se deve apenas ao fato de terem sido administradas pelo modelo de *IndirectRule*, mas também pelo fato da Inglaterra ter sido a primeira potência europeia a se retirar da África, em grande medida pacificamente, trazendo suas antigas colônias para integrar a *Commonwealth*, sem fazer com que elas passassem por guerras de independência longas e desgastantes.

Em média, as colônias inglesas também se democratizaram mais rapidamente e também iniciaram antes a liberalização de suas economias pós-Guerra Fria. São vários os fatores que favorecem as ex-colônias inglesas, embora nem todos possam ser analisados por este artigo, há outros trabalhos que procuraram testar empiricamente e comprovaram tais afirmações (HEEREN, 1817; PRADO JUNIOR, 1957; ROCHER, 1856; LEROY-BEAULIEU, 1902; NORTH, 1959; BALDWIN, 1956; ENFERMAN e SOKOLLOF, 1997; ACEMOGLU, JOHNSON e ROBINSON, 2001; 2002).

Na tabela abaixo, expomos a classificação do *Democracy Index* conforme os modelos de administração adotados pelas metrópoles nas suas ex-colônias:

	DEMOCRACY INDEX				
	Democracia completa	Democracia errada	Regimes Híbridos	Regimes Autoritários	Total
<i>IndirectRule</i>	2%	10%	16%	12%	20
<i>DirectRule</i>	-	6%	12%	42%	30
Total	1	8	14	27	50

Por uma escolha metodológica, incluímos os países que não foram colônias das potências europeias como *IndirectRule*, uma vez que eles, bem ou mal, se autogovernaram. A Namíbia se tornou um protetorado da África do Sul, que foi uma colônia inglesa. A Libéria foi um território literalmente adquirido pelos Estados Unidos para alojar seus escravos libertos, e a Etiópia foi o único território africano que pode se gabar de não ter caído em domínio de nenhuma potência europeia. Assim, supondo que tais experiências lhes prepararam para o autogoverno, incluímos os três no modelo de *IndirectRule*, embora o termo mais adequado pudesse ser “*Self-government*”. De qualquer modo, isso não ajudou nenhum dos três em termos gerais. A Namíbia está classificada como uma democracia errada, a Libéria como um regime híbrido e a Etiópia como um regime autoritário. O autogoverno como experiência positiva para a construção da democracia não surtiu efeito esperado no caso das nossas três exceções, de modo que eles não atingiram ainda o status de “democracia completa”, lembrando novamente que o modelo de governação e a colonização sozinhos não podem explicar o desempenho democrático.

De todos os 50 países da África Subsaariana elencados no *Democracy Index* – lembrando a ausência de alguns deles – apenas Maurícia foi classificada como democracia completa, com uma nota de 8.28. Como democracias erradas temos oito países – Cabo Verde, Botswana, África do Sul, Gana, Lesoto, Tunísia, Namíbia e Senegal – com notas que variam de 6.21 a 7.94. São 14 regimes híbridos – Zâmbia, Tanzânia, Mali, Benin, Malawi, Quênia, Libéria, Uganda, Madagascar, Marrocos, Burkina Faso, Serra Leoa, Nigéria, Moçambique – com notas que variam de 4.02 a 5.99. Por fim, a imensa maioria são de regimes autoritários, que somam 27 dos 50 países – são eles Mauritânia, Níger, Costa do Marfim, Gabão, Comores, Etiópia, Argélia, Camarões, Angola, Togo, Egito, Guiné, Ruanda, Zimbábue, Suazilândia, República do Congo, Gâmbia, Djibouti, Burundi, Sudão, Eritreia, Líbia, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, República Centro-Africana e Chade. Dos 27 países classificados como autoritários, apenas 6 deles foram administrados pelo modelo de *IndirectRule*.

Não há garantias de que uma ex-colônia administrada com o modelo de *IndirectRule* venha a se tornar uma nação democrática melhor. Mas com certeza o modelo de *DirectRule* gerou uma quantidade bem maior de regimes de governo

autoritários. Sendo assim, o modelo de *IndirectRule* cria condições favoráveis ao desenvolvimento da democracia, enquanto o *DirectRule* gerou heranças que são entraves à ela. São fatores que, isoladamente, não são determinantes, mas que com certeza tem influência no contexto da consolidação da democracia.

Dos países da África Subsaariana que são regimes autoritários, 42% foram ex-colônias de *DirectRule*. Podemos concluir que apesar de ter sido administrado pelo modelo de *IndirectRule* não ser uma garantia de um bom desempenho democrático, o modelo de *DirectRule* tem uma incidência muito maior de regimes autoritários. Por isso, é possível dizer que desencadearam países com muita dificuldade de autogovernar-se e construir uma democracia de qualidade. Outros dados são mais sensíveis a várias interpretações: enquanto os países administrados pelo modelo de *DirectRule* não geraram nenhuma democracia completa na África, o único país assim classificado – Maurícia – é uma ex-colônia de *IndirectRule*. Do mesmo modo, enquanto apenas 6% das democracias erradas são de *DirectRule*, o *IndirectRule* gerou 10%, e os regimes híbridos são 16% ex-colônias de *IndirectRule* e 12% de *DirectRule*. Apenas 12% dos regimes autoritários são de *IndirectRule*, enquanto a esmagadora maioria, ou seja, 42%, são ex-colônias de *DirectRule*.

Um dos cinco critérios levados em conta pelo The Economist para elaborar o ranking final do *Democracy Index* é o “processo eleitoral e pluralismo”, como podemos visualizar abaixo:

	PROCESSO ELEITORAL E PLURALISMO				
	8.0 a 10.0	6.0 a 7.99	4.0 a 5.99	0 a 3.99	Total
<i>IndirectRule</i>	8%	14%	6%	12%	20
<i>DirectRule</i>	2%	8%	12%	38%	30
Total	5	11	9	25	50

Quanto ao critério “Processo Eleitoral e Pluralismo”, o Democracy Ranking classificou com melhores notas Maurícia, Botswana, Gana e Lesoto – ex-colônias de *IndirectRule* – e Cabo Verde – ex-Colônia portuguesa de *DirectRule* – com notas que variaram de 8.0 a 10.0. Podemos perceber a partir disso uma sensível vantagem dos países de *IndirectRule*, que por sinal, são todas ex-colônias inglesas. Desde as teorias minimalistas de democracia até as teorias contemporâneas mais complexas, o processo eleitoral – ou seja, eleições periódicas, livres e justas – são consideradas critério básico para a democracia. Portanto, um dado importante para mensurar a qualidade da democracia em determinado país.

Já no pior desempenho, os países classificados como autoritários, temos apenas seis ex-colônias de *IndirectRule* contra 19 de *DirectRule*, provando novamente que os países administrados pelo modelo colonial de *DirectRule* possuem maiores dificuldades. Podemos dizer que as ex-colônias africanas de *DirectRule* possuem maior dificuldade em

consolidar seus processos eleitorais e o seu pluralismo interno. Ocorre que muitas delas possuem processos eleitorais periódicos, porém, manipulados, pouco livres e nada justos. Os dados dos países listados concordam em parte com os dados do Afrobarômetro (ZALAMENA, 2017).

Temos portanto, dados sugestivos quanto ao processo eleitoral e o pluralismo político: 38% dos países classificados no ranking nesse quesito, que foram ex-colônias de *DirectRule*, também são classificados como regimes autoritários. Embora a maioria dos países africanos tenha um cenário bastante negativo quanto as suas notas no *Democracy Index*, percebe-se que as ex-colônias de *DirectRule* apresentam um desempenho acentuadamente pior quantitativamente falando.

O segundo critério levado em conta para elaborar o ranking final é o “funcionamento do governo”. Tal quesito é importante para a democracia, no sentido de que um governo que não funciona como deve, gera desconfiança dos cidadãos, e essa falta de legitimidade acaba tendo efeitos nocivos para a democracia, quando os cidadãos passam a acreditar que a democracia já não é o melhor modelo de governo (MOISÉS e CARNEIRO, 2008; DEL PORTO, 2016). Podemos visualizar os resultados dessa comparação na tabela abaixo:

	FUNCIONAMENTO DO GOVERNO				
	8.0 a 10.0	6.0 a 7.99	4.0 a 5.99	0 a 3.99	Total
<i>IndirectRule</i>	6%	-	16%	18%	20
<i>DirectRule</i>	2%	2%	12%	44%	30
Total	4	1	14	31	50

Em relação ao funcionamento do governo, as melhores notas foram de Maurícia, África do Sul e Botswana, novamente, três ex-colônias inglesas de *IndirectRule*, tendo como exceção Cabo Verde, que também está elencado nas melhores notas, mas é uma colônia portuguesa de *DirectRule*. Apenas quatro dos países africanos estão qualificados com notas de 8.0 a 10.0 no quesito “Funcionamento do governo”, e apenas um país ficou classificado com nota entre 6.0 e 7.99. Ou seja, a África Subsaariana enfrenta problemas sérios em relação aos seus governos, uma vez que a grande maioria dos cinquenta países elencados pelo *Democracy Index* possuem nota abaixo de 5.99 – basicamente, quatorze deles possuem notas entre 4.0 e 5.99 e 31 deles possuem notas que vão de zero a 3.99 – demonstrando fragilidade quase que generalizada nesse aspecto.

Em termos de percentuais, podemos ver que os países que foram administrados dentro do modelo de *DirectRule* representam 44% dos regimes autoritários atuais. No quesito “Funcionamento do Governo”, 45 países estão numa situação ruim – ou seja, 90% dos países estão com notas de 0 a 5.99 - por isso os dados não conseguem dar conta de revelar algum padrão. O certo é que as piores notas, novamente, estão centradas nos países de *DirectRule*.

O terceiro quesito para elaboração do ranking do *Democracy Index* é a Cultura Política. O critério “Cultura Política” está relacionado à formação de uma cultura voltada ao pensamento democrático no país. Podemos visualizar os seus resultados na tabela a seguir:

	CULTURA POLÍTICA				
	8.0 a 10.0	6.0 a 7.99	4.0 a 5.99	0 a 3.99	Total
IndirectRule	2%	14%	22%	2%	20
DirectRule	-	10%	36	14%	30
Total	1	12	29	8	50

Quanto a esse quesito, apenas Maurícia possui uma nota entre 8.0 e 10.0 considerada adequada para uma democracia completa. O pior desempenho (0 a 3.99) está com o Egito, Comores, República do Congo, Niger, Chade, Guiné-Bissau, Mauritânia, República Centro-Africana, sendo que apenas o Egito é uma ex-colônia de *IndirectRule*.

Apenas 24% dos países africanos elencados no *Democracy Index* podem ser classificados como “democracia defeituosa” dentro do critério de Cultura Política, destes, 14% foram colônias de *IndirectRule*, enquanto somente 2% - ou seja, um país, nomeadamente, Maurícia—está dentro de um nível de democracia completa. Ou seja, quanto aos países de *IndirectRule*, temos dados inconclusivos quanto a cultura política, uma vez que 24% deles estão com notas classificadas dentro dos conceitos de regimes autoritários e regimes híbridos. Como sempre, entretanto, os países que foram ex-colônias de *DirectRule* estão concentrados nas piores notas, ou seja, 50% dos países que os integram receberam notas de 0 a 5.99, 36% dentro do que corresponderia a um regime híbrido e 14% dentro do que corresponderia a um regime autoritário.

Como quarto quesito considerado pelo *Democracy Index* para a compilação do ranking geral é a Participação Política:

	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA				
	8.0 a 10.0	6.0 a 7.99	4.0 a 5.99	0 a 3.99	Total
IndirectRule	2%	10%	12%	16%	20
DirectRule	-	4%	24%	32%	30
Total	1	7	18	24	50

Muitos trabalhos acadêmicos discorrem sobre a importância da participação política para a qualidade democrática (DALLARI, 1983; DAGNINO, 2004). Consensualmente, acredita-se que quanto mais a população participar ativamente da política, maior será a qualidade da democracia, enquanto em países que a população simplesmente delega as responsabilidades aos seus representantes via eleição e depois não se envolve mais com qualquer questão política, a qualidade democrática cai. No quesito “Participação Política” do ranking do *Democracy Index*, temos uma realidade um pouco diferente dos outros critérios: é a África do Sul que recebeu a maior nota (8.33), enquanto os países que estavam melhor colocados nos outros critérios (Maurícia, Botswana, Cabo Verde, por exemplo), ficaram com notas menores. Inclusive, Maurícia apresentou uma nota bem abaixo da sua média, ou seja, apenas 5.56. Isso quer dizer, em parte, que os países melhor classificados no ranking podem ter boas notas em termos instrumentais, mas decaem sensivelmente quando se trata do interesse do povo em participar.

De qualquer modo, embora a África do Sul tenha assumido o posto de primeiro colocado no quesito “participação política”, ela é ainda uma ex-colônia inglesa e de *IndirectRule*, por isso o resultado do quesito permanece o mesmo em termos de “democracias completas”. Percebemos novamente que, dos 20 países que foram colônias de *IndirectRule*, 12% estão qualificados entre “democracias completas e democracias defeituosas”, enquanto 28% estão entre “regimes híbridos e autoritários”, o que não nos dá condições de dizer que as ex-colônias de *IndirectRule* tem maior participação política hoje. Entretanto, os dados sobre as 30 ex-colônias de *DirectRule* são mais reveladores: apenas 4% das notas (dois países) colocam-se na categoria de “democracias defeituosas” e 24% como regimes híbridos (que apesar dos problemas, ainda são considerados democracias), mas 32% está qualificado como regime autoritário, que não é considerado democracia.

O quinto e último critério considerado para elaboração do ranking são as liberdades civis, exposto abaixo em termos percentuais:

	LIBERDADES CIVIS				
	8.0 a 10.0	6.0 a 7.99	4.0 a 5.99	0 a 3.99	Total
<i>IndirectRule</i>	6%	12%	10%	12%	20
<i>DirectRule</i>	2%	6%	16%	36%	30
Total	4	9	13	24	50

Quanto ao critério de Liberdades Civis – que em termos simplistas, são o conjunto de direitos do indivíduo, moderando a capacidade do Estado em interferir na vida do cidadão (BOBBIO, 2004) –temos quatro países com notas de 8.0 a 10.0, ou seja, Botswana, Maurícia, Namíbia e Cabo Verde. A novidade aqui é a Namíbia, que não constava em outros quesitos do ranking nas primeiras colocações. O pior desempenho – notas de 0 a 3.99 – tem uma série de países, a maioria deles de *DirectRule*.

Em termos de liberdades civis, a República Democrática do Congo apresenta o pior desempenho, cuja pontuação atingiu apenas 0.88. Os dois melhores colocados no ranking de liberdades civis, com 9.71 e 9.41 respectivamente, foram Maurícia e Botswana, ambas ex-colônias inglesas de modelo de *IndirectRule*, assim como a quarta colocada, a Namíbia, que apesar de ter passado para o domínio da África do Sul, foi também ligada à Inglaterra e herdou suas características de governança.

No meio disso, temos uma colônia portuguesa, Cabo Verde, com pontuação de 9.12, em terceiro lugar. Apesar de Cabo Verde ter sido governado em *DirectRule*, ele tem várias especificações que diferenciam-no das demais colônias portuguesas continentais: por ser um arquipélago, Cabo Verde servia como ponte entre a Europa e o continente africano, assim, recebeu um status diferente, sendo um intermediário na recepção/envio de escravos para as colônias americanas. Além disso, por lá uma miscigenação maior ocorreu, criando uma elite de crioulos, que passou a governar o território. Assim, embora sua governação fosse portuguesa, a elite crioula definiu seu espaço. Por outro lado, Cabo Verde tem um bom PIB graças ao turismo, e não passou por guerra para conquistar a independência, nem tampouco guerras civis posteriores, golpes de estado ou governos de transição, como é comum nos países africanos. Assim, sua trajetória ocorreu com um tanto de tranquilidade, o que propiciou, teoricamente, um melhor desempenho democrático atualmente. Cabo Verde é um exemplo de que o tipo de colonização bem como a potência conquistadora não podem ser os únicos fatores considerados a explicar uma maior ou menor qualidade democrática.

Em termos percentuais, novamente temos a constatação recorrente: por mais que ser ex-colônia de *IndirectRule* não garanta necessariamente um bom desempenho democrático, ter sido uma ex-colônia de *DirectRule* aumenta muito as chances de um péssimo desempenho. Ou seja, 36% dos países que foram ex-colônias de *DirectRule* estão classificados com notas de 0 a 3.99, que equivale a regimes autoritários de acordo com a conceituação do *Democracy Index*.

Para qualificar a nossa análise, analisamos o ranking do *Democracy Index* de 2006 e comparamos com o desempenho dos países no ano de 2016, um intervalo de tempo de dez anos, conforme a tabela abaixo:

	CRESCIMENTO	QUEDA	TOTAL
<i>IndirectRule</i>	28%	12%	20
<i>DirectRule</i>	34%	26%	30
Total	31	19	50

Fonte: *Democracy Index* (2006, 2016)

Em 10 anos, Maurícia subiu apenas 0.24 no ranking geral, passando de 8.04 para 8.28, dados que consolidaram o país como uma democracia completa em todos os anos de divulgação do Índice. Se continuar nesse ritmo de subida, ela atingirá os 8.52 pontos em 10 anos e manterá seu status.

Detalhadamente, quanto as estimativas: **a)** Se Cabo Verde continuar subindo no ritmo que vem sustentando anualmente no ranking, em 2026 ele se tornará uma

democracia completa, com índice de 8.45; **b)**A subida de Botswana é lenta, tendo crescido apenas 0.27 de 2006 a 2016. Se continuar nesse ritmo, ele será uma democracia completa daqui há 10 anos, com o índice geral de 8.14. **c)**Gana teve um grande salto no índice, se considerarmos o primeiro ranking no ano de 2006 até o último, divulgado em 2016. O país cresceu 1.40 no índice, passando de 5.35 para 6.75. Se continuar nesse ritmo, em 10 anos Gana será uma democracia completa, com índice de 8.15. **d)**A Tunísia foi um dos maiores crescimentos do ranking, passando de 3.06 (regime autoritário) para 6.40 (democracia defeituosa). Se ela continuar nesse ritmo de crescimento, ou pelo menos chegar perto disso, entrará na classificação de democracia completa.

De acordo com os dados de subidas e quedas, Cabo Verde, Botswana, Gana e Tunísia serão uma democracia completa em dez anos se continuarem crescendo no mesmo ritmo. Então, contando com Maurícia, a África do Sul terá cinco países com democracias completas, sendo que duas delas (Cabo Verde e Tunísia) são ex-colônias de *DirectRule*.

Considerações finais

De acordo com o relatório anual do *Democracy Index*(2016), a África tem melhorado suas posições na questão da participação política, mas continua atrasada na democracia formal, refletindo um escasso progresso democrático feito nos últimos, na medida que a região apresenta poucas oscilações positivas desde que o Índice começou a ser divulgado. Participação política e cultura política também tiveram uma sensível melhora nos últimos anos, embora apresente notáveis exceções nesse quadro, porém, esse pequeno avanço é compensado negativamente com uma baixa nas pontuações de liberdades civis e funcionamento de governo. O *The Economist*, com tudo isso, conclui que a África Subsaariana avançou em alguns termos – como por exemplo, as eleições periódicas realizadas em quase todos os países – porém, a pontuação geral continua baixa pois muitas vezes, as eleições são meros procedimentos formais com pouquíssima pluralidade.

De acordo com as comparações feitas neste trabalho, ser uma ex-colônia inglesa e ter vivenciado uma administração colonial de *IndirectRule* não fornece garantias para uma nação cuja democracia seja mais desenvolvida/consolidada. Porém, os dados nos sugerem que as nações com melhor desempenho no *Democracy Index* frequentemente são inglesas e passaram pelo modelo de *IndirectRule*, sugerindo assim que essas condições talvez forneçam melhores chances a esses países numa perspectiva histórica. A questão de aproveitar melhor essas chances depende de muitos outros fatores que o *Democracy Index* não cobriu na construção de seu índice, como por exemplo, as condições econômicas de cada território.

Nessa construção, percebemos que Cabo Verde é uma exceção: uma colônia portuguesa e de administração voltada ao *DirectRule* que atualmente tem um bom desempenho no *Democracy Index*. Conforme já relatado, isso se deve a especificidades na colonização portuguesa dos arquipélagos, criando laços diferenciados e fazendo surgir uma elite crioula dentro desses territórios, que passaram a se autogerir moderadamente e também servir como ponte entre a Europa e o continente, no que diz respeito ao comércio e tráfico de pessoas para alimentar a rede escravagista.

Bélgica, Itália e Espanha não produziram nenhuma nação bem conceituada no *Democracy Index*, pelo contrário, todas elas estão classificadas como regimes

autoritários; Portugal está contemplado com uma colônia classificada como Democracia Defeituosa. Por algum motivo, São Tomé e Príncipe não está incluído no *Democracy Index*, mas a julgar pelas suas semelhanças com Cabo Verde, podemos supor que estaria bem posicionado se ali estivesse. As exceções – Libéria, Namíbia e Etiópia nos deram uma lição prática: mesmo não tendo sido colonizadas diretamente por uma potência europeia, esse fator não ajudou muito na construção de uma ordem democrática. A Etiópia nunca foi colonizada, podendo gabar-se de ter sido a única nação africana a repelir um exército estrangeiro, mas o seu desempenho democrático é um dos piores do Ranking. A Libéria, uma colônia formada por ex-escravos americanos libertos e retornados à África, é classificada como um regime híbrido. A Namíbia nesse caso levou alguma vantagem, classificada como democracia defeituosa. Porém, nenhum deles, por menor que tenha sido o contato com colonizadores, chegou perto de desenvolver uma democracia completa, o que sugere que não podemos culpar a colonização, de modo específico e absoluto, pelos problemas que os países africanos possuem para implementar democracias.

A Inglaterra merece sim destaque em alguns aspectos: a única ex-colônia considerada uma democracia completa é Maurícia, uma colônia inglesa de *IndirectRule*, e quatro outras ex-colônias são democracias defeituosas. Isso é mais do que qualquer outra potência atingiu no ranking: França só possui duas democracias defeituosas, e Portugal apenas uma. As demais ex-colônias francesas e portuguesas estão classificadas como regimes híbridos ou regimes autoritários. Por outro lado, é a França que mais acumula regimes autoritários na sua conta, demonstrando que o *DirectRule* possivelmente dificultou bastante a caminhada política das nações.

Quando passamos a analisar somente o modelo de administração colonial, ficamos diante de uma realidade bem mais esclarecedora: 42% dos regimes autoritários classificados pelo *Democracy Index* são ex-colônias de *DirectRule*, o que possibilita concluir que tal modelo gerou nações com maior dificuldade em autogestão e em práticas democráticas. Os dados nos dizem que dos 27 países classificados como regimes autoritários (não-democráticos), apenas 6 deles foram administrados pelo modelo de *IndirectRule*.

Os critérios utilizados para construir o ranking são mais específicos e por vezes desequilibram o resultado de um país. Por exemplo, Cabo Verde tem ótimas notas em todos os quesitos, exceto por cultura política e participação política. Se suas notas fossem equilibradas em todos os quesitos, é possível que ele ostentasse a classificação de democracia completa. As considerações finais sobre os critérios pode ser resumida em: a) no que diz respeito ao processo eleitoral e pluralismo, existe uma sensível vantagem das colônias inglesas e novamente, das nações com o pior desempenho (notas inferiores a 3.99), 38% são de *DirectRule*; b) no que tange o funcionamento do governo, das nações com notas inferiores a 3.99, 44% estão incluídas na classificação “*DirectRule*”; c) a cultura política é deficiente em praticamente todos os países africanos, exceto por Maurícia, e nesse quesito, a maioria das nações elencadas estão com notas menores que 5.99; d) em termos de participação política, as ex-colônias inglesas tem um ligeiro melhor desempenho em relação a ex-colônias de *DirectRule*, que das piores classificações possui 32%, e uma exceção é que no caso da participação política, o melhor desempenho é da África do Sul, e não de Maurícia; e) quanto as liberdades civis, novamente, 36% dos países com pior desempenho foram ex-colônias de *DirectRule*.

Nossas conclusões ficam limitadas pelo escopo modesto do artigo, mas podemos dizer que as ex-colônias administradas por meio do modelo de *IndirectRule* tem melhores condições para consolidar sua democracia, porém, nem sempre aproveitaram, atrasando-se por inúmeros outros fatores. Porém, com certeza, ter sido uma colônia de *DirectRule* aumenta muito as chances de mau-desempenho democrático, de acordo com os dados analisados. Isso se comprova no momento em que analisamos a curva de subida no *Democracy Index* desde o primeiro ano de divulgação do ranking (2006) até a última edição (2016), um intervalo de 10 anos, quando comprovadamente, países que foram ex-colônias de *IndirectRule* tiveram melhoras mais significativas, ano após ano, salvo exceções. Assim, pudemos projetar uma estimativa de que – retirando da análise as hipóteses de conflitos civis, guerras, golpes de estado e outras calamidades – tais países possam atingir o status de “Democracia Completa” em cerca de 10 anos. Obviamente, essa estimativa é baseada no desempenho do país até agora, e não foi realizado nenhum tipo de cálculo estatístico para chegar a isso.

Por outro lado, temos a grande maioria dos países administrados pelo modelo de *DirectRule* com notas inferiores a 3.99 nos critérios do índice, bem como classificados como “Regimes Autoritários” no Ranking geral, como foi possível visualizar nas tabelas. Com esses dados, podemos sugerir que ser uma ex-colônia portuguesa, francesa, belga, italiana ou espanhola vem com alguns legados negativos no pacote, e a administração colonial de *DirectRule* deixou heranças ruins na capacidade de se autogovernar, participar da política e consolidar a democracia.

Evidentemente, para ter uma resposta mais abrangente sobre esse assunto, precisamos incluir todos os países colonizados – expandindo esse trabalho concentrado na África para também a América, Ásia e Oceania – e agrupando muitos outros fatores culturais, sociais, políticos e econômicos, pois a democracia não se concentra apenas nas eleições ou na política, e sim, se flexibiliza em vários aspectos das relações humanas. O fator colonização não consegue explicar as características das democracias africanas, mas constitui-se em elemento fundamental da sua construção, por isso, é impossível dissociá-lo de qualquer análise sobre o tema. Como a consolidação da democracia é a consequência de muitos fatores somados, outros estudos mais abrangentes são necessários para determinar a influência do modelo de administração colonial na qualidade democrática em território africano.

Referências

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. **The colonial origins of comparative development: an empirical investigation**. The American Economic Review, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001. Disponível em: <http://goo.gl/IXqLcw> .

_____. **Reversal of fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution**. The Quarterly Journal of Economics, v. 117, n. 4, p. 1231-1294, Jan. 2002. Disponível em: <http://goo.gl/HLqzDI> .

BALDWIN, R. E. **Patterns of development in newly settled regions**. The Manchester School, v. 24, n. 2, p. 161-179, 1956. Disponível em: <<http://goo.gl/YO05V8>>

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Elsevier Brasil, 2004.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil entiempos de globalización**. Caracas: **FACES, Universidad Central de Venezuela**, p. 95-110, 2004.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DALLARI, Dalmo A. **O que é participação política**. Brasiliense, 1983.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. **Satisfação com a democracia e avaliação de governo: fenômenos distintos?**. 40º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 24 a 28 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st06-8/10180-satisfacao-com-a-democracia-e-avaliacao-de-governo-fenomenos-distintos/file>>.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. **The Quality of Democracy**. An Overview. *Journal of Democracy*, Washington, v. 15, n. 4, p. 14-25, oct. 2004.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 2010.

ENGERMAN, S.; SOKOLOFF, K. Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among new world economies: a view from economic historians of the United States. In: HABER, S. **How Latin America Fell Behind**. Stanford CA: Stanford University Press, 1997.

HEEREN, A. H. L. **Handbuch der geschichte des europäisichenstaatensystems und seiner colonien: von der entdeckung beyder indien bis zur errichtung des französichen kaiserthrons**. Gottingen: M. Lechner, 1817.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Tradução de Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte, Paidéia, 1987.

MOISÉS, J.A; CARNEIRO, G.P. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil**. *Revista Opinião Pública*, v. 14, n. 1, Campinas, Junho, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100001>. Acesso em: 02 ago. 2017.

NORTH, D. C. **Location theory and regional economic growth**. *The Journal of Political Economy*, p. 243-258, 1955. Disponível em: <<http://goo.gl/GAuvpn>>.

O'DONNELL, Guillermo; VARGAS CULLELL, Jorge; IAZZETTA, Osvaldo (eds.). **The Quality of Democracy**. South Bend: University of Notre Dame Press, 2004.

PRADO Jr., C. P. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1959. v. 9. Disponível em: <<http://goo.gl/XpZy6A>>.

ROSCHER, W. G. F. **Kolonien, kolonialpolitik und auswanderung**. Leipzig: Leipzig CF Winter, 1856.

SANTOS, Boaventura de Sousa & AVRITZER, Leonardo. Introdução: Para Ampliar o Cânone Democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002,p. 39 82.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

THE ECONOMIST. **The Economist Intelligence Unit's index of democracy** (report), 2006. Disponível em: <http://www.economist.com/media/pdf/DEMOCRACY_INDEX_2007_v3.pdf>.

_____. **Democracy Index2016: Revenge of the “deplorables”** (report), 2016. Disponível em: <<http://felipesahagun.es/wp-content/uploads/2017/01/Democracy-Index-2016.pdf>>.

ZALAMENA, Juliana C.M. **Colonização e qualidade democrática na África** (texto manuscrito), 2017.